



RESENHA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019. 108 p. ISBN 978-85-93115-54-7.

Peter Schröder – Doutorado em Ethnologie pelo Rheinische Friedrich Wilhelms Universität Bonn, Alemanha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: peter.schroder@ufpe.br

Não é fácil conseguir chamar a atenção de leitores para um pequeno livro entre a vasta bibliografia sobre a destrutiva transformação da Amazônia nas últimas décadas. A violenta ocupação espacial movida por uma gama ampla de atores e seus impactos, nos mais diversos níveis, do local ao global, é tema de inúmeras publicações em diversas línguas e áreas científicas. As taxas de desmatamentos voltaram a crescer a partir de 2012, depois de um período de decréscimo acentuado nos oito anos anteriores, e ganharam dimensões dramáticas com o início do governo Bolsonaro e o sucessivo desmonte da política ambiental federal, com a possibilidade de alcançar o frequentemente discutido ponto sem retorno na destruição da cobertura florestal e suas gravíssimas consequências para a região, outras partes da América do Sul e o clima global.

Embora haja oscilações mensais entre as taxas de desmatamento informadas por órgãos públicos nacionais e estrangeiros, essas não alteram a tendência geral que induz muitos observadores a um profundo pessimismo sobre o futuro da região, já que o rastro das destruições não está vinculado, exclusivamente, à atuação de alguns poucos políticos como o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, mas envolve um largo espectro de setores com interesses vinculados ao atual governo federal e, provavelmente, também a qualquer governo sucessor a partir de 2023. Apesar da queda de Salles, resta a impressão de que a “boiada” continua a passar, expressão famígera que ficou conhecida depois da divulgação pública da gravação da escandalosa reunião ministerial de 22 de abril de 2020.

Publicado ainda em 2019, o livro ora resenhado representa um alento em um período de boiada. Embora não haja poucas publicações que apontam os erros, os equívocos e os crimes da ocupação predatória da Amazônia, apresentando propostas alternativas e, frequentemente, também indicando novos caminhos, o livro se diferencia pela concisão, pela apresentação sistemática dos argumentos e pelo fato de ter sido lançado no momento certo.

Ricardo Abramovay é professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP e é nacional e internacionalmente conhecido por suas importantes contribuições às discussões sobre sustentabilidade. Fazem parte de seus trabalhos mais conhecidos: *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (ABRAMOVAY, 2007) e *Muito além da economia verde* (ABRAMOVAY, 2012). Seu blog (ABRAMOVAY, 2021) é um convite para conhecer as diversas facetas da sustentabilidade e discuti-las.

O ponto de partida do livro é a completa insustentabilidade do modelo predominante de ocupação da Amazônia, ou seja, uma economia de baixa produtividade agrícola e florestal baseada no desmatamento em grande escala. Isto leva a duas questões norteadoras: 1) Como transformar a economia da destruição em outra, baseada em conhecimentos ambientais científicos e locais? 2) E é possível reverter o quadro atual sem o devido apoio de políticas públicas em diversos níveis? Com as palavras do autor:

Ciência, tecnologia e fortalecimento das populações tradicionais são o caminho decisivo para a emergência de atividades econômicas capazes de manter a floresta em pé e evitar a destruição dos serviços ecossistêmicos dos quais todos dependemos, a começar pelo sistema climático (ABRAMOVAY, 2019, p. 13).

Com base em uma revisão sucinta da literatura atual sobre a Amazônia, Abramovay apresenta cinco tópicos, autoexplicativos em seus títulos, para sua sequência de argumentação em 87 parágrafos, em parte acompanhados por tabelas e gráficos. No primeiro tópico: “O desmatamento não é premissa para o crescimento da Amazônia”, Abramovay mostra que é impossível elencar razões econômicas a favor do contínuo desmatamento na Amazônia, porque os retornos econômicos das práticas predatórias, sobretudo da agropecuária, são decrescentes e se transformam em perdas em comparação com alternativas que deixam a floresta em pé. Isto é ilustrado por uma das principais commodities de exportação do país, a soja, cujo aumento de produtividade não depende de mais áreas desmatadas, enquanto seu cultivo pode ser intensificado em áreas já exploradas, sobretudo nos cerrados. Além disso, são apontados riscos de custos

reputacionais em um cenário internacional mais exigente quanto às origens de produto exportados, expondo o Brasil a maiores fragilidades ao exportar commodities deste tipo.

No segundo tópico é desarmada a afirmação, frequentemente repetida por diversos defensores do atual modelo desenvolvimentista, de que um desmatamento zero envolveria altos custos. Pelo contrário, esses serão baixos em comparação com as enormes perdas de serviços ecossistêmicos provocadas pelo desmatamento. Seria uma redução de apenas 0,62% do PIB acumulado entre 2016 e 2030 (p. 46), ou seja, cerca de R\$ 3,1 bilhões por ano, isto é, menos de um terço dos subsídios para o Plano Safra em 2017 (R\$ 10 bilhões) ou muito menos do que os R\$ 5,7 bilhões do fundo eleitoral de 2022. A afirmação de altos custos para o país resultantes de uma meta de desmatamento zero representa uma posição recorrente de governos brasileiros, em conferências internacionais, sobre mudanças climáticas e redução de emissões de CO₂ e é, aliás, nenhuma invenção do governo Bolsonaro. A cobrança de transferências compensatórias, apresentadas aos países industrializados do hemisfério Norte, também é conhecida dos dois mandatos do governo Lula, como se fosse um tipo de direito moral à quitação de uma dívida histórica para compensar perdas de oportunidades para se “desenvolver”. É evidente que tal posicionamento tem certo apelo nacionalista. Abramovay, no entanto, evita esse tipo de discussão por mostrar que os custos do desmatamento zero são tão baixos para o Brasil que não é necessário apelar à ajuda internacional.

O terceiro e o quarto tópico sobre as áreas protegidas, no Brasil, são os capítulos centrais do livro. Abramovay mostra, em parte, usando cálculos dos benefícios de serviços ecossistêmicos, como as áreas protegidas na Amazônia, sejam essas unidades de conservação ambiental ou terras de populações indígenas, quilombolas ou outras, classificadas como “tradicionais”, sendo essas decisivas para frear os avanços da exploração destrutiva, oferecendo espaços para alternativas econômicas sustentáveis. Recomenda-se, por exemplo, lançar um olhar para uma imagem-satélite do Estado do Maranhão para verificar como é fácil identificar as terras indígenas, destacadas como “ilhas” de densa cobertura florestal cercadas por um mar de áreas devastadas. Além de as áreas protegidas estarem, ao menos *de jure*, afastadas dos mecanismos de circulação comercial de terras, seus habitantes tradicionais, frequentemente, conservam conhecimentos ambientais transgeracionais muito valiosos para uma vida sustentável dentro dos limites de suas terras.

No entanto, a criação e existência dessas áreas não representa nenhuma solução suficiente para a transformação da economia regional. Na realidade, essas estão sob constante ataque, como destaca o quarto tópico, ou seja, o status legal não garante nenhuma segurança territorial efetiva. As violações constantes de seus limites, pelos mais diversos atores sociais (empresas mineradoras, garimpeiros, grileiros, madeireiros, etc.), frequentemente sem experimentar repressões por parte dos órgãos competentes, fazem parte dos noticiários diários há anos, porém são observados crescimentos quantitativos e qualitativos assustadores nos últimos cinco anos, envolvendo, inclusive, o crime organizado, como ficou revelado com a invasão da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, por milhares de garimpeiros com apoio financeiro e logístico do Primeiro Comando da Capital (PCC). Para Abramovay, as investidas multisetoriais contra as áreas protegidas na Amazônia, em parte facilitadas pelo desmonte sistemático dos órgãos de controle e proteção ambiental e indigenista, não representam apenas ataques às áreas, seus ambientes e seus habitantes tradicionais, mas à democracia e às instituições republicanas.

No quinto tópico, Abramovay deixa claro que a proteção às florestas não é nenhuma idiosincrasia nacional, nem é obstáculo ao crescimento econômico, mas um caminho adotado por toda uma série de países como parte de políticas públicas ambientais. A narrativa infinitamente repetida, tanto pela direita quanto pela esquerda brasileiras, de que numerosos países do hemisfério Norte teriam sacrificado suas florestas no decorrer dos processos de industrialização é transferida ao reino das fábulas com base em referências empíricas, mostrando que para isso era necessário recorrer a outras fontes de energia, já que as coberturas florestais primárias e secundárias na Europa e na América do Norte não teriam dado suporte às transformações radicais nas cadeias de produção industrial nos séculos XIX e XX. Em outras palavras, Abramovay elimina outra narrativa comum usada como justificativa para continuar com a violenta predação das florestas amazônicas.

Nas conclusões, o autor destaca a dupla e fundamental contribuição do Brasil na luta contra as mudanças climáticas: pela necessidade de interromper imediatamente os desmatamentos e de apoiar o que ele chama de uma economia do conhecimento da natureza, um conceito emprestado da geógrafa Bertha Becker (1930-2013). Esse conceito não é apenas entendido como um contraponto radical às relações predatórias com os ambientes florestais na Amazônia, mas, sobretudo, como uma combinação respeitosa entre pelo menos dois tipos de produção de conhecimentos: os das ciências no sentido estrito do termo e os saberes locais e tradicionais das populações na Amazônia. Como

isso pode ser feito não é detalhado, mas um caminho indicado seria a criação dos Laboratórios de Inovação da Amazônia, idealizados por Carlos Nobre. A proposta de Abramovay não tem como objetivo produzir grandes áreas de ambientes livres de intervenções humanas, uma afirmação repetida *ad nauseam* em discursos acusatórios antiambientais da direita, mas criar futuros viáveis e sustentáveis para a atual população amazônica, a qual se encontra em acentuado crescimento demográfico. Em outras palavras, o olhar e as preocupações do autor não estão direcionados, exclusivamente, para as populações chamadas tradicionais, mas também para grandes parcelas da população amazônica, que precisam de alternativas duradouras e sustentáveis em sentidos social, ambiental e econômico, ou seja, alternativas baseadas no famoso tripé proposto por Ignacy Sachs (2008): desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.

No entanto, como interromper os atuais círculos viciosos da destruição ambiental acelerada? Abramovay mostra, em seu livro sucinto, que os pressupostos e as ideias subjacentes dessa são completamente errados, apresentando as provas contrárias por referências bibliográficas muito bem selecionadas, mas, ao mesmo tempo, explicita que a apresentação de recomendações políticas não faz parte dos objetivos do livro.

Trata-se, resumindo, de uma leitura muito instigante não só para especialistas em temas relacionados com o presente e o futuro da Amazônia, mas também para um público geral preocupado com o atual cenário dramático da região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**.

3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 294 p.

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora

Abril/ Planeta Sustentável, 2012. 248 p.

ABRAMOVAY, R. **Ricardo Abramovay**, São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://ricardoabramovay.com/>. Acesso em: 09 fev. 2022.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado.

Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152 p.

Texto submetido à Revista em 15.02.2021

Aceito para publicação em 11.01.2022

